



Universidade Federal de São Paulo
Campus Baixada Santista



Curso de Serviço Social

ANA PAULA BOCCA

**NINA RODRIGUES E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO ESTEREÓTIPO SOBRE O
“CRIMINOSO” NO BRASIL**

Santos
2020

ANA PAULA BOCCA

**NINA RODRIGUES E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO ESTEREÓTIPO SOBRE O
“CRIMINOSO” NO BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel
em Serviço Social

Universidade Federal de São Paulo

Orientador: Profº. Drº. Deivison
Mendes Faustino

Santos
2020

Ficha catalográfica elaborada por sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B664n Bocca, Ana Paula.
 Nina Rodrigues e a construção social do estereótipo
sobre o "criminoso" no Brasil. / Ana Paula Bocca;
Orientador Deivison Mendes Faustino. -- Santos, 2020.
 32 p. ; 30cm

TCC (Graduação - Serviço Social) -- Instituto Saúde
e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2020.

1. Seletividade penal. 2. Racismo. 3. Nina
Rodrigues. 4. Criminologia. 5. Eugenia. I. Faustino,
Deivison Mendes, Orient. II. Título.

CDD 361.3

ANA PAULA BOCCA

**NINA RODRIGUES E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO ESTEREÓTIPO SOBRE O
“CRIMINOSO” NO BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel
em Serviço Social
Universidade Federal de São Paulo

Aprovação: 23/10/2020



Orientador: Prof^o. Dr^o. Deivison Mendes Faustino



Prof.ª Dr.ª Renata Gonçalves



Prof.º Ms. Weber Lopes Góes

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, aos que já se foram e aos que aqui ainda estão, por todo carinho: Edna e Pedro Paulo, pelo suporte, em todos os sentidos, durante esses anos; Marcos e Geny (*in memoriam*) por terem sido a base que me trouxe até aqui.

À O8 por terem sido a melhor turma que esse curso já viu. Sou muita grata por ter dividido esses cinco anos com pessoas tão incríveis e por tudo que construímos enquanto sala. Tenho muito orgulho dos profissionais que estão saindo daqui e espero, de verdade, que nossos caminhos ainda se cruzem muito por aí.

Ao Jogatina, meu grupinho do coração dentro e fora dos muros da universidade: à Maria, por todas as risadas, as conversas sensatas e por termos sido a melhor dupla de estagiárias que a ZN já viu; Jorge, por estar presente desde o início da graduação, dos perrengues da ocupação até a finalização do tcc, sempre com muito carinho; Matheus, pelas perguntas reflexivas que me deixam cheia de saudade e pelas curiosidades aleatórias contadas sempre no momento certo; Mandy, por ser minha melhor dupla no karaokê e na hora de passar vergonha no parque de diversão; Alê, por ter tornado as idas diárias a rodoviária muito mais alegres e por ser a pessoa centrada que mantém esse grupo em equilíbrio; Gabi, por todas as aleatoriedades e por ter tornado nosso campo de estágio muito mais leve e divertido; Lara, por todas as caminhadas que me fizeram te olhar com outros olhos e por sempre me deixar ouvir suas músicas novas; Gui, por cada dia de militância, troca, amizade e afeto; e Ana, por cada música e por cada choro compartilhado...por ser você e por estar sempre presente. Existir com vocês foi o que me manteve firme até aqui. Amo e admiro muito cada um de vocês, obrigada por tudo!

Aos amigos, unifespianos ou não, que cruzaram meu caminho ao longo desse período, por toda a troca e aprendizado. Agradeço em especial à Bia, uma amizade recente, mas muito especial e necessária em um ano tão louco como 2020, por quem tenho muito carinho e admiração enquanto amiga e futura profissional; Leandro, por esses nove anos de risadas, desabafos e conversas intermináveis, por ter permanecido e por nunca me deixar desistir; e Lena, por ser sempre afeto em meio ao caos.

Ao meu orientador, Deivison Faustino, por toda paciência, apoio e por todas as suas contribuições ao longo desse processo. Sou imensamente grata por tudo

que aprendi dentro da sala de aula e durante as orientações e por toda troca que tivemos nessa construção.

Aos professores leitores deste trabalho, Renata Gonçalves e Weber Lopes, pela disposição e interesse de aceitarem compor minha banca examinadora, muito obrigada!

Aos docentes que tive o prazer de conhecer ao longo dessa graduação, dentro e fora de nosso curso. Guardo com muito carinho todo o aprendizado, incentivo e afeto que pude vivenciar nesses anos, seja em sala de aula, grupos de estudos, eventos, monitorias ou pelos corredores da universidade.

À todos os usuários, técnicos, residentes, estagiários e trabalhadores do CAPS Zona Noroeste, por terem me proporcionado a melhor experiência de estágio que eu poderia ter. Tenho muito afeto por cada um de vocês e vou sempre me lembrar do carinho dessa equipe incrível. Agradeço em especial Patrícia, por ter sido a supervisora mais paciente e amorosa possível, e Simone, uma das pessoas mais iluminadas que já conheci. A profissional que quero ser vai sempre carregar um pouquinho do que aprendi com vocês, muito obrigada.

Ao Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sociedade Punitiva, Justiça Criminal e Direitos Humanos prof^a Andrea Almeida Torres (GEPEX - DH - AAT) e todas as pessoas maravilhosas que por eles passaram, por terem sido meu grupo-casa por todos esses anos. Obrigada por tanta troca e por serem sempre meu lugar seguro em meio ao caos da vida universitária.

À Andrea Torres (*in memoriam*) por ter me ensinado que um mundo sem grades é possível. Mesmo sem sua orientação de fato, cada trecho dessa pesquisa tem um pouco do que pude aprender com você e serei eternamente grata por essa oportunidade. Esse trabalho só existe por causa do seu incentivo e da sua confiança em mim, antes mesmo de apresentar minha ideia. Espero ter feito jus à ela.

"Sobre essa instituição falida [a prisão], que nunca deu certo, temos que denunciar que ela não é a saída; temos que construir outras alternativas. E a alternativa está na construção de outra sociedade."

(Andrea Almeida Torres)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo desvelar o estereótipo sobre o “criminoso” na obra de Raimundo Nina Rodrigues, observando como as questões de raça e classe, presentes em seu pensamento, contribuíram para a consolidação desse estereótipo no Brasil. Para tal, essa pesquisa qualitativa se valerá de uma análise documental da obra “As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil”, escrita pelo autor em 1894, além de uma revisão bibliográfica sobre a criminologia e a formação sócio-histórica brasileira, identificando como estas se relacionam aos indivíduos tidos como perigosos.

Palavras-chave: seletividade penal; racismo; Nina Rodrigues; criminologia; eugenia.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	9
2.O RACISMO CIENTÍFICO E O PENSAMENTO DA ELITE BRASILEIRA	11
2.1.O racismo científico e a criminologia	11
2.2.O perfil do criminoso no Brasil	15
3.“AS RAÇAS HUMANAS E A RESPONSABILIDADE PENAL NO BRASIL”	19
4.ANÁLISE	24
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	30

1. INTRODUÇÃO

Somos atravessados diariamente por diversas notícias onde determinados sujeitos são considerados suspeitos (ou não) apenas com base em características físicas, como suas vestimentas, a forma de andar e, em boa parte dos casos, sua raça. Em março de 2019, por exemplo, ganhou repercussão nacional a sentença da juíza Lissandra Reis, decretada em 2016 em Campinas (SP), que, ao realizar uma condenação por latrocínio, aponta que o réu, reconhecido pela vítima, não se enquadra no que chama de um “estereótipo padrão de bandido” por apresentar pele, olhos e cabelos claros, não estando, dessa forma, “sujeito a ser facilmente confundido.” (FRANK, 2019, n.p).

Ainda mais recente, em agosto de 2020, veio a público a sentença realizada no mesmo ano pela juíza Inês Marchalek Zarpelon, da 1ª Vara Criminal de Curitiba, onde relaciona por diversas vezes a raça do réu, um homem negro de 42 anos, com o suposto crime cometido: “Seguramente integrante do grupo criminoso, em razão da sua raça, agia de forma extremamente discreta os delitos e o seu comportamento, juntamente com os demais, causavam o desassossego e a desesperança da população [...]”. O homem foi condenado a 14 anos 2 meses de prisão por organização criminosa (VIANNA; BRODBECK, 2020).

São muitos os casos noticiados — e muitos mais os que não chegam a público — onde pessoas negras, em sua maioria jovens, são tidos como suspeitos ou consideradas perigosas por parte da população e pelas forças policiais. Um estudo realizado com Policiais Militares do estado do Paraná, publicado em 2014, investiga quais os fatores usados como referência pelos oficiais em suas abordagens. Sobre a questão racial, apontam Souza e Reis (2014, p.154): “[...] indivíduos designados como pardos/mestiços formam o maior contingente (75,7%) das indicações, estando as faixas etárias dos suspeitos situadas entre 17 a 20 anos, com 57,1% das indicações, e entre 13 a 16 anos, com 31,6%.”.

Ainda observando dados contemporâneos, podemos notar que tal estereótipo reflete-se em uma seletividade penal, uma vez que aqueles considerados com mais suspeitos são também os mais encarcerados. Nosso país se consolida como o 3º que mais encarcera no mundo, com uma população prisional de 726.354 pessoas, sendo tal grupo composto, majoritariamente, por pessoas jovens (54% entre 18 e 29

anos), negras (63% do total ao somarmos pardas e pretas) e empobrecidas (INFOPEN, 2019).

É a partir de tais problemáticas que se faz relevante compreender como foi construída e incorporada a ideia de um “tipo perigoso” no imaginário popular brasileiro, observando como esta foi justificada pelos pensadores da época. Foi escolhido como documento de análise, para tanto, a obra “As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil”, escrita em 1894 por Raimundo Nina Rodrigues, um dos mais reconhecidos autores a trabalhar as relações entre raça e criminalidade na realidade brasileira, defendendo e divulgando as teorias positivistas, vindas da Europa, que justificavam a existência de uma raça inferior a partir de estudos cerebrais e da ideia de darwinismo social¹ e eugenia².

A metodologia desta pesquisa, portanto, é qualitativa e de caráter documental. Desta forma, foi realizada uma revisão bibliográfica da temática, identificando reflexões sobre a história da criminologia, bem como sobre a formação sócio-histórica do Brasil e sua relação com os indivíduos tidos como criminosos, caminho fundamental para a análise da obra em questão. Esta foi feita a partir dos parâmetros oferecidos por Gil (2008), sendo realizada uma exploração do material, a fim de delimitar as categorias a serem utilizadas, e depois uma interpretação e tratamento de tais dados, articulando-os com os artigos lidos anteriormente.

¹ Darwinismo Social é o nome dado ao conjunto de teorias responsável por aplicar as ideias de evolução de Charles Darwin nos seres humanos, naturalizando as desigualdades. Dessa forma, algumas sociedades teriam características que as colocariam em uma condição superior às outras, sendo, portanto, mais aptas a sobrevivência.

² Cunhada pelo antropólogo e matemático Francis Galton (1822 - 1911), o termo eugenia (do grego “bem-nascido”) aplica a teoria de seleção natural de Darwin, apontando como as características hereditárias afetariam os seres humanos. Assim, seria possível identificar os indivíduos superiores na sociedade, a fim de que estes se reproduzissem e melhorassem o desenvolvimento da população.

2. O RACISMO CIENTÍFICO E O PENSAMENTO DA ELITE BRASILEIRA

2.1. O racismo científico e a criminologia

O século XVIII foi marcado, na Europa, pela presença do Iluminismo. Conhecido como “século das luzes”, esse período tem como principais pontos o avanço da ciência e da razão em oposição ao domínio da Igreja e das explicações pautadas no metafísico, vigentes nos séculos anteriores. Havia ainda uma valorização das leis e dos direitos naturais, principalmente os de igualdade e liberdade, característica desse período.

A fim de romper com qualquer justificativa divina para o comportamento humano, os teóricos iluministas enxergam na natureza a explicação para os fatos, se utilizando da biologia para compreendê-la e possibilitando, assim, um maior conhecimento das diferenças entre os seres humanos. Tal conhecimento foi fundamental para que os autores iniciassem um debate, aprofundado posteriormente, sobre a origem da espécie humana, a fim de compreender se esta seria a mesma para todos, produzindo apenas depois os aspectos diferentes de cada povo, ou se nossas diferenças já se apresentariam desde o princípio (SANTOS, G. 2002).

As principais características percebidas nos seres humanos seriam a cor (da pele, olhos e cabelos); as formas e dimensões do corpo (tamanho e estrutura da cabeça, da face, etc); e os costumes. Somados às diferenças climáticas, os costumes seriam a principal explicação para a variação entre os povos, uma vez que estão ligados a forma como cada ser se utiliza da razão para interferir no meio onde vive. Assim, nessa época, seriam estes os responsáveis pela divisão da sociedade de acordo com seu grau de aperfeiçoamento, uma vez que a crença em uma “igualdade universal” não possibilitaria, apesar da correspondência, uma divisão pautada unicamente nas características físicas vinculadas a raça (SANTOS, G. 2002). Ainda assim, tal análise será essencial para as teorias racialistas, desenvolvidas no século seguinte, que veremos mais à frente.

É esse uso da razão e a necessidade de elaborações mais concretas da realidade que possibilita, também no século XVIII, um maior espaço para o estudo do crime e da criminalidade na Europa. Ainda sem atingir o patamar de ciência, a chamada Escola Clássica se propõe a discutir as causas da criminalidade,

sistematizando, a partir da influência do pensamento iluminista e liberal, as idéias burguesas no campo do direito penal. Os italianos Cesare Beccaria (1738-1794) e Francesco Carrara (1805-1888) são os principais autores dessa escola, dando um novo olhar ao estudo da criminalidade, em oposição às ideias de crime e punição que vinham sendo desenvolvidas até então, como aponta Flauzina (2006, p.16):

O discurso iluminista está pautado na necessidade de superação das velhas formas de punir do Antigo Regime, centradas em práticas que visavam os corpos dos condenados, a exemplo dos suplícios, que se convertiam em verdadeiros espetáculos públicos. Práticas ineficientes no “controle da criminalidade”, os martírios deveriam ser, portanto, substituídos por um apenamento que atendesse minimamente aos preceitos agregados no período das luzes. Da selvageria à humanização, eis o *slogan* que contempla todo esforço intelectual dos teóricos clássicos.

O pensamento iluminista foi fundamental para a bases da Escola Clássica, sendo uma de suas principais contribuições, nesse sentido, a noção, desenvolvida por Jean-Jacques Rousseau, de contrato social, ou seja, a ideia de que existiria um acordo entre todos os indivíduos a fim de preservar o bem-estar e a segurança da sociedade. Os autores clássicos entendem, assim, o crime como uma violação deste contrato, realizada de forma racional pelos sujeitos, através de suas escolhas, de seu livre-arbítrio.

Mesmo que a noção de raça já pudesse ser vista em alguns autores iluministas, é no século XIX que o termo, segundo Gislene dos Santos (2002, p.47), “[...] passa a ser utilizado para designar a ideia de diferenças físicas transmitidas hereditariamente.”. Além disso, outros são os conceitos iluministas resgatados no novo século e que, quando somado a outras ideias, acabam por adquirir novo significado. Ainda de acordo com a autora (2002, p.47): “Noções como as de perfectibilidade, influências climáticas e origens separadas somam-se às novas ciências (frenologia, antropometria e eugenia). Do confronto entre a nova e a velha ordem surge uma nova concepção da diversidade humana.”.

É nesse contexto que a discussão sobre raça passa a ser central para o entendimento da evolução humana, sistematizado de forma mais radical a partir do darwinismo social, ou seja, a ideia de uma raça pura e superior seria capaz de eliminar as raças inferiores e mais fracas. Se antes os seres humanos seriam divididos pelo clima e pela forma como se utilizavam da razão, agora são as características físicas que definem de maneira mais intensa o lugar que cada raça ocuparia no processo evolutivo.

Tais alterações na forma de pensar têm grande influência na área da

criminologia, que passa a ser consolidada como ciência durante o século XIX, com o surgimento da Escola Positiva, dando assim, início à uma nova forma de perceber as diferenças humanas. Diferente dos autores clássicos, que se debruçavam sobre o estudo da criminalidade, os positivistas focaram seu debate no criminoso, individualizando as causas do crime (XAVIER,2008). Dessa forma, a nova escola traz uma abordagem científica para a análise dos indivíduos, relacionando, principalmente, suas características biológicas, agora em ascensão, com sua propensão para o crime. Outra motivação para a consolidação deste novo pensamento está na percepção de que o número de delitos não havia diminuído com as mudanças realizadas, com base nos autores clássicos, no sistema penal, gerando a necessidade de combater a população vista como perigosa pela burguesia europeia recém consolidada. Assim, de acordo com Bandera (2014, n.p):

A existência ameaçadora das massas, dentre estas as classes perigosas, e o grande incremento das ciências experimentais levaram estudiosos à constatação de que era mais útil estudar os delinquentes do que ater-se abstratamente a proporcionalidades, pretensiosamente justas, envolvendo delitos e penas. Desta inversão teórico-metodológica, surgiu um novo paradigma superestrutural, representado pela Escola Positiva de Direito Penal, fundada através da publicação, por partes, entre 1871 e 1876, do livro *L'uomo delinquente* (O homem delinquente), de Cesare Lombroso.

Com vasta experiência na área da psiquiatria, o médico italiano Cesare Lombroso (1835 - 1909) foi o mais importante nome da Escola Positiva da Criminologia, iniciando seus estudos a partir da relação entre o sofrimento psíquico e a criminalidade. Para ele, o criminoso deveria ser tratado como doente, sendo necessário observar não apenas o tratamento ao qual deveria ser submetido, mas também o que causa tal comportamento (CARVALHO, 2014).

Em “O Homem Delinquente”, de 1876, Lombroso se propõe a discutir a ideia de que características físicas e biológicas seriam determinantes do comportamento criminoso, fazendo com que certos indivíduos fossem mais propensos a tal. O autor divide os criminosos em quatro tipos: Nato, aquele com grande influência biológica e hereditária; Louco, aquele com algum tipo de sofrimento psíquico; Por ocasião, que é influenciado de maneira mais pontual pelas circunstâncias; e Por paixão, aquele que é mais instável e explosivo, tendendo a cometer atos de maior violência (JUNIOR, 2010). Para os fins desta pesquisa, nos atentaremos ao primeiro tipo, o criminoso nato, considerado também pelo autor como o mais comum.

Fortemente influenciado pela frenologia, ou seja, a teoria de que o tamanho de partes do cérebro e, conseqüentemente, do crânio, estaria diretamente ligado ao

desenvolvimento das faculdades mentais dos sujeitos, Lombroso aponta que essa e outras características físicas, como o tamanho do nariz, pés, orelhas e até mesmo tatuagens, seriam os principais indicadores de um perfil delinquente, apontando que os criminosos natos seriam aqueles hereditariamente predestinados ao crime. De acordo com Alvarez (2002, p.679):

Ao partir do pressuposto de que os comportamentos são biologicamente determinados, e ao basear suas afirmações em grande quantidade de dados antropométricos, Lombroso construiu uma teoria evolucionista na qual os criminosos aparecem como tipos atávicos, ou seja, como indivíduos que reproduzem física e mentalmente características primitivas do homem. Sendo o atavismo tanto físico quanto mental, poder-se-ia identificar, valendo-se de sinais anatômicos, aqueles indivíduos que estariam hereditariamente destinados ao crime.

Em artigo publicado em 2014, Leonardo de Carvalho tece algumas considerações acerca da questão racial no pensamento lombrosiano. Segundo o autor, a relação entre criminalidade e raça se manifesta ao longo da obra de Lombroso, que chega a apontar os ciganos como uma “raça inteira de criminosos” e associar a violência em certas regiões europeias com a presença de africanos e orientais. Além disso, as características físicas por ele analisadas e problematizadas são vinculadas, como já apontado, às raças vistas como inferiores pelos pensadores europeus, principalmente no que se diz respeito aos traços dos negros, associando, assim, a criminalidade aos sujeitos vistos como um problema para a classe dominante. Tendo este tópico em consideração ao falar sobre a Escola Positiva, aponta Simões (2003, p.161):

A possibilidade de prever as inadequações e insuficiências dos indivíduos pelos estudos freneológicos, antropométricos e fisiométricos era tido como uma evidência cabal por essa escola. Aspectos fundamentais para o entendimento do homem deixam de existir enquanto elementos culturais, sendo então admitidos somente os que se referem ao âmbito racial. O crime torna-se nesses termos, sobretudo, um problema de raça.

Além de Cesare Lombroso, outros autores trouxeram contribuições valiosas na construção da Escola Positiva, entre eles estão os italianos Enrico Ferri (1856 - 1929) e Raffaele Garofalo (1851 - 1934). Ferri foi responsável por incorporar os fatores sociais, apontados anteriormente pelos iluministas e trabalhados sempre em segundo plano por Lombroso, à justificativa sobre os determinantes da criminalidade, apontando como a pobreza, a cultura, o clima e a geografia de certas regiões poderiam afetar os sujeitos, descrevendo tais características como “[...] responsáveis por desencadear a degeneração moral.” (SANTOS, E. 2008, p.30). O uso de fatores sociais como determinantes para a criminalidade expõe ainda mais o racismo presente em tais teorias, uma vez que as condições sociais, a cultura e até

mesmo o clima utilizados como parâmetro nunca eram os vivenciados pela classe dominante europeia.

É com esse pensamento que se consolida a Escola Positiva da Criminologia. Se antes o indivíduo era visto como um ser dotado de livre-arbítrio e com consciência de seus atos, agora é o determinismo que fala mais alto, permitindo apontar previamente os sujeitos a serem considerados perigosos e a necessidade de retirá-los do convívio social, tornando mais rigorosas as penas para quem interrompesse a ordem vigente. Tal medida deveria, portanto, ser tomada através do aprisionamento ou da pena de morte, defendida por muitos dos autores positivista, principalmente Garofalo, por exercer uma clara função dentro da estrutura social. De acordo com Maurício (2015, p.66):

Partindo das idéias Darwinianas, defendia o que chamaríamos de “seleção natural social”, ou seja, a aplicação da pena de morte aos criminosos seria uma forma de excluir aqueles que não tiveram capacidade de se adaptar ao convívio em sociedade, que seria o caso dos criminosos natos.

O fim do século XIX se aproxima e, com ele, o pensamento lombrosiano começa a perder força na Europa. Seus críticos defendem a existência de uma maior interferência do meio social nas causas da criminalidade, além de indicar falhas na metodologia utilizada pelo autor, apontando que este modificaria os dados a fim de ilustrar suas teorias (ALVAREZ, 2002). É neste mesmo período, contudo, que a Escola Positiva encontra espaço na América Latina e, mais especificamente, no Brasil, formando inúmeros adeptos do pensamento de Lombroso. Ainda a partir de Alvarez (2002, p.684):

Provavelmente, o fato de a antropologia criminal ter ganho impulso na América Latina no momento em que entrava em decadência no continente europeu deve ter facilitado o reconhecimento internacional dos autores que, no Brasil, se fizeram discípulos das novas teorias, pois, se Lombroso e seus seguidores já não encontravam a mesma receptividade para suas idéias no cenário europeu, podiam encontrar na América Latina e, especificamente, no Brasil grande número de entusiastas dispostos a divulgar as principais idéias do pai da antropologia criminal e de seus correligionários.

Veremos a seguir os motivos que levaram os pensadores brasileiros a abraçarem, com certa facilidade, os pensamentos eugenistas e darwinistas vindos da Europa.

2.2. O perfil do criminoso no Brasil

A fim de compreender melhor a realidade encontrada pelas teorias positivas no Brasil, se faz necessária uma breve retomada de nosso percurso histórico.

Desde o período colonial, nossa história é marcada pelo extermínio e subordinação de algumas raças em detrimento de outras. Seja através do massacre ou da catequização, as populações indígenas foram, desde o princípio, apontadas como inferiores e incapazes pelos brancos europeus que aqui chegaram. Ainda mais inferiorizados foram os africanos traficados para cá ao longo dos três séculos de escravidão que, sem a chance de uma “recuperação espiritual” por meio da evangelização, se tornaram mão de obra essencial para a consolidação da elite europeia, sendo tal exploração justificada pelas bases da Igreja Católica. Aponta Flauzina (2006, p.44):

Assim, foi pelo discurso racista de desumanização dos povos tradicionais que a empresa colonial se botou de pé. Ao contrário de tudo o que se procura construir em torno da idéia de Brasil, o racismo está na base fundacional de sua gestação. É a partir da noção de inferioridade, relacionada a determinados segmentos pelo não-recebimento da mensagem cristã, que a colonização pôde ser levada a efeito.

A colônia tem assim papel fundamental na implementação de estratégias de controle para com as raças subalternizadas, principalmente os negros, padronizando sua forma de agir, adequando-os às condições precárias de trabalho estabelecidas e naturalizando sua submissão, fazendo com que internalizassem sua inferioridade (FLAUZINA, 2006).

A proclamação da independência, em 1822, não parece ter trazido novos ares para as relações de poder estabelecidas. Se por um lado a classe dominante parecia estar consciente que o fim da escravidão se aproximava, dando espaço para as políticas liberais de trabalho e consumo provenientes do iluminismo, por outro se esforçava para adiar esse destino o máximo que fosse possível, dando continuidade ao projeto de controle colonial enquanto tentava encontrar maneiras de realizar tal transição sem perder efetivamente seu domínio. Tal insegurança foi ainda mais agravada pelas revoltas populares, como a Sabinada, a Balaiada e a Canagem, que emergiram ao longo dos anos 30 e 40, colocando em risco a ordem estabelecida. Inspirados pela Revolução Haitiana, ocorrida no final do século XVIII, tais lutas geraram na elite o receio de uma revolução negra, fazendo assim, nas palavras de Flauzina (2006, p.55), “[...] emergir um medo branco que atribuiria ao segmento negro o estatuto de inimigo insalvável.”.

É a partir desse medo branco que as leis penais da época se consolidam, transferindo a punição, aplicada anteriormente de maneira privada, para a responsabilidade efetiva do Estado, que passa a controlar por onde os corpos ainda

dominados (mesmo que em muitos casos não mais escravizados) devem circular e as atividades que poderiam realizar. Além disso, a criminalização da vadiagem se torna uma das principais medidas adotadas pelo Código Criminal do Império. Nesse sentido, escreve Flauzina (2006, p.58):

O que esse dispositivo visa é que os escravizados passem da tutela dos senhores diretamente para a do Estado. A vadiagem é, em última instância, a criminalização da liberdade. Ou, podemos dizer, aos negros não é facultado o exercício de uma liberdade sem as amarras da vigilância. Assim, longe da cidadania, a sociedade imperial apreende os negros no desempenho de dois papéis: o de escravos ou criminosos. [...] Dentro do Império, portanto, na obsessão pelo controle dos corpos negros, gera-se o ócio como argumento para a punição.

A segunda metade do século XIX deixa ainda mais claro o quanto a elite, apesar de já contar com o fim da escravidão, tentava adiá-la o máximo possível enquanto construía novas estratégias para manter seu domínio. Os anos 50 são marcados por políticas de incentivo à imigração europeia que, sob o pretexto de serem mais qualificados para as vagas de trabalho, acabam por exercer a demanda de embranquecer o país, gerando um grande contingente de mestiços. Além disso, ao longo das últimas décadas desse período, são implementadas diversas medidas (como a Lei do Ventre Livre, que declarava livres os filhos de escravas nascidos a partir de 1871, e dos Sexagenários, que dava liberdade aos escravos com mais de sessenta anos de idade) que, muito longe de libertar gradualmente a população negra, acabava apenas por mantê-los vinculados por mais tempo (FLAUZINA, 2006). Dessa forma, o contingente de libertos, especialmente no caso da Lei do Ventre Livre, acabava por ser jogado, de forma repentina, à própria sorte, sem nenhum tipo de planejamento sobre suas condições de vida, trabalho e moradia, resultando, assim, em políticas de contenção social que combatessem, principalmente, a questão da “vadiagem” (PERUSSATTO, 2009).

A abolição, realizada oficialmente em 1888, e a Proclamação da República, no ano seguinte, marcam o fim deste período, abrindo espaço para a chegada do positivismo europeu e marginalização dos trabalhadores negros que, vistos como inaptos para o trabalho livre, eram jogados às margens econômicas e sociais, correspondendo ainda mais aos esterótipos criados à seu respeito (MOURA, 1988).

A partir do breve resgate histórico realizado até aqui, se faz possível observar como os acontecimentos citados levaram o Brasil a abraçar, com bastante facilidade, os pensamentos eugenistas e darwinistas vindos da Europa. Tendo se tornado independente apenas na primeira metade do século XIX, nosso país se

formou em função do colonialismo, se colocando na dinâmica capitalista também a partir deste. Além disso, é com base na escravidão, presente por mais de trezentos anos, que as relações sociais foram estruturadas, não sendo tal realidade alterada mesmo após sua suposta abolição no fim do século. Não tendo as estruturas de classe sofrido grandes mudanças com nenhum destes processos, o Brasil se construiu, assim, de forma bastante subordinada às grandes economias capitalistas, seja de maneira política, econômica ou cultural, processo possibilitado em grande parte pelas políticas racistas aqui introduzidas (FAUSTINO, 2020).

Dessa forma, a incorporação da ciência, trazida por tais teorias, acerca do perfil criminoso possibilitou que os ex-escravos se tornassem objeto de estudo por parte dos intelectuais brasileiros, legitimando o medo que sentiam e a necessidade de um maior controle punitivo. Conceitos como os de atavismo (ligado à hereditariedade biológica de características psicológicas, intelectuais e comportamentais) e eugenia (o estudo de características capazes de fortalecer ou enfraquecer, mental ou fisicamente, as qualidades raciais das gerações futuras) se tornariam a grande justificativa para a contenção da população negra, seja através da prisão ou de seu genocídio (BATISTA, 2011).

Seria assim acolhida a Escola Positiva pela classe dominante brasileira e seus pensadores, formando, como apontado anteriormente, um grande número de entusiastas e adeptos do pensamento lombrosiano no país. É entre esses adeptos que se encontra o médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues que, embora não tenha sido o pioneiro em transmitir as ideias sobre o criminoso nato no Brasil, se destaca como um dos mais importantes seguidores de Lombroso, sendo reconhecido a partir da publicação, em 1894, da obra “As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil”.

3. “AS RAÇAS HUMANAS E A RESPONSABILIDADE PENAL NO BRASIL”

Raimundo Nina Rodrigues (1862 - 1906) nasceu no município de Vargem Grande, no Maranhão. Iniciou sua formação em medicina na Bahia, a concluindo no Rio de Janeiro no ano de 1888. Após clinicar por alguns anos, passou a lecionar na Faculdade de Medicina da Bahia, onde havia iniciado seus estudos, na disciplina de Medicina Legal, escrevendo também, durante longo período, para a Gazeta Médica da Bahia (Rodrigues, M. 2015). Chegou a desenvolver estudos sobre assuntos como a organização sanitária pública e a lepra, mas foi por sua atuação na medicina legal — através da psiquiatria forense e da antropologia física e criminal — e por seus estudos a respeito da mestiçagem que o médico maranhense ficou conhecido. Além disso, abordou, ao longo de sua trajetória, questões como a linguagem, os costumes, a alimentação e a religiosidade dos negros, traçando um estudo bastante completo sobre a presença destes no Brasil (LIRA; ARANHA, 2014).

Como apontado anteriormente, o autor foi fortemente influenciado pela criminologia positivista, adaptando as teorias europeias para a realidade brasileira. Segundo Schwarcz (2009, p.92): “Nina Rodrigues seria um dos intelectuais mais coerentes de seu período ao adotar o darwinismo social de forma literal, ao negar o evolucionismo social e incluir a criminologia de Lombroso como modelo.”. Dessa forma, Nina passou a observar diferentes casos de delitos que envolvessem mestiços e negros, analisando, através de suas mentes, corpos e trajetórias de vida, a relação de tais sujeitos — e principalmente de sua raça — com os crimes cometidos (RODRIGUES, M. 2015). A fim de sistematizar tais estudos, surge uma das principais obras do autor “As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil”, de 1894, ao qual daremos mais atenção a seguir.

Ao longo de sete capítulos, Rodrigues se propõe a documentar os ensinamentos de sua aula de medicina legal, percorrendo sobre como as diferentes condições, as quais cada raça está exposta, modificariam a responsabilidade penal dos indivíduos. Segundo Simões (2003, p.157), para Nina Rodrigues: “Negros africanos, negros crioulos, índios, brancos e mestiços respondem aos estímulos externos de formas distintas, de acordo com as acumulações hereditárias que lhes foram transmitidas.”, não podendo, portanto, serem julgadas pelos mesmos parâmetros. Tal noção comprovaria a necessidade de reformulação do código penal brasileiro vigente, defendida fortemente ao longo de toda a obra.

Já de início, o autor discorda da ideia, ligada a espiritualidade, de que todos os povos teriam almas iguais, sendo portanto as raças inferiores (negros, índios e mestiços) igualmente capazes de atingir os elevados graus de inteligência das raças superiores (brancos). Para ele (RODRIGUES, R. 2011, p.1), esta “[...] é uma concepção irremissivelmente condenada em face dos conhecimentos científicos modernos”, uma vez que não leva em conta o tempo, ou seja, o processo de evolução gradativo pelo qual certos povos passaram para se desenvolver. Não seria possível, portanto, civilizar tão rapidamente os povos inferiores:

Todavia tem-se pretendido [...] fazer um povo selvagem, ou bárbaro transpor, no curso da vida de uma geração, o caminho percorrido pelas nações civilizadas durante séculos, como se fosse possível suprimir a lei da herança, dispensar as lentas acumulações hereditárias e prescindir da ação necessária do tempo. (FONSECA, 1892 apud RODRIGUES, R. 2011, p.2)

A hereditariedade e os instintos primitivos teriam tanta influência sobre os povos selvagens que, mesmo após um longo e intenso processo de educação, teoricamente capaz de acelerar seu desenvolvimento mental (como ocorrido com a aplicação da catequese aos índios brasileiros, por exemplo), tais instintos ainda prevaleceriam, fazendo com que adultos, aparentemente já civilizados, voltassem a vida primitiva. A mestiçagem seria usada então um forte recurso na tentativa de incorporação de tais indivíduos a sociedade tida como mais evoluída, contudo, para o autor, os resultados de tal estratégia seriam trágicos, já que nos mestiços “se concentraria a degeneração” (SCHWARCZ, 2009, p.97).

A fim de justificar a reformulação do código penal brasileiro, anteriormente citada, Rodrigues tece, ao longo de sua obra, diversas críticas a escola clássica da criminologia, na qual este se sustentava. O autor coloca que o princípio do livre-arbítrio, defendido pelos clássicos, bem como a ideia de igualdade perante a lei, só seria possível se todos os indivíduos fossem homogêneos em seu grau de desenvolvimento, o que não ocorreria de forma alguma em um país composto por raças evolutivamente distintas como o Brasil. Diz Nina Rodrigues (2011, p.25):

Desconhecendo a grande lei biológica que considera a evolução ontogênica simples recapitulação abreviada da evolução filogenia, o legislador brasileiro cercou a infância do indivíduo das garantias da impunidade por imaturidade mental, criando a seu benefício as regalias da raça, considerando iguais perante o código os descendentes do europeu civilizado, os filhos das tribos selvagens da América do Sul, bem como os membros das hordas africanas, sujeitos à escravidão.

A partir disso, o médico discorre sobre diversos tópicos, pontuando questões psicológicas, físicas e até geográficas, a fim de defender que o sistema penal leve

em consideração os diferentes graus de desenvolvimento mental para a aplicação de uma pena, resultando assim na criação de diferentes códigos.

A noção de consciência é um ponto bastante recorrente na obra de Nina Rodrigues, visto que, para ele, deriva desta, muitas vezes, as razões da criminalidade. Raças inferiores teriam uma consciência sobre direitos e deveres diferente das raças entendidas como civilizadas, assim, “[...] salvo pequenas exceções, os atos tidos por criminosos nos povos civilizados confundem-se nos selvagens com os atos comuns, permitidos e até obrigatórios.” (RODRIGUES, R. 2011, p.29). Ainda segundo o autor (2011, p.29), tal consciência nas raças dominantes teria sido resultado de uma “[...] acumulação hereditária gradual do aperfeiçoamento psíquico que se operou no decurso de muitas gerações [...]”, não podendo, portanto, ser esperada em indivíduos ainda não entendidos como civilizados.

Outro tópico bastante discutido ao longo do livro, é a divisão geográfica a que as diferentes raças foram submetidas no Brasil, além da influência do clima em suas adaptações. Resgatando dados sobre o processo migratório brasileiro, Rodrigues aponta que os mestiços, considerados por ele como um “produto brasileiro por excelência”, são muito mais numerosos no país de que os sujeitos de raça pura (sejam eles os índios que aqui estavam, os negros trazidos no processo de escravidão ou os brancos que para cá migraram). Dessa forma, as raças puras estariam suscetíveis a desaparecer em grande parte do território nacional, tendo como uma “exceção etimológica” a região sul, onde o número de brancos ainda seria superior. A região norte do país também contaria com alto número de indivíduos de raças puras, porém estes seriam negros e índios, não contribuindo para o desenvolvimento mental da região. Por isso, pontua o autor (2011, p.83):

Não há, por conseguinte, maior absurdo do que o nosso código considerar o desenvolvimento no norte do país, situado em zona tórrida e onde predominam o índio, o negro e os seus mestiços, igual a desenvolvimento mental no sul da república, situado em zona temperada e onde dominam os descendentes dos colonos alemães e italianos.

Como citado anteriormente, para Rodrigues, os povos selvagens são evolutivamente mais propensos a cometer atos tidos como criminosos pelas raças civilizadas. Ao falar sobre os negros, o autor compara estes, já na fase adulta e com grau máximo de maturidade desenvolvida, a crianças, apontando que seriam igualmente instáveis e com níveis de desenvolvimento mental próximos. Além disso, outro fator que determinaria sua propensão a cometer atos criminosos estaria na

violência herdada de forma hereditária: "O negro crioulo conservou vivaz os instintos brutais do africano: é rixoso, violento nas suas impulsões sexuais, muito dado à embriaguez e esse fundo de caráter imprime o seu cunho na criminalidade colonial atual." (RODRIGUES, R. 2011, p.49). Rodrigues aponta ainda que, apesar das tentativas ocorridas ao longo dos anos, a simples convivência com os brancos não teria sido capaz de civilizar o povo negro que, segundo ele, "melhorou, mas não deixou de pertencer à sua raça", não sendo portanto passível de ser submetido às mesmas condições sociais dos arianos (2011, p. 49).

Tais características presentes nas raças selvagens puras são, de acordo com Rodrigues (2011, p.54), passadas quase que completamente para os mestiços que deles descendem. Os mestiços seriam então vistos como um "tipo mental sem valor", uma vez que não conseguem se adaptar às condições de vida nem da raça dominante, nem da dominada. Aponta Carvalho (2014, p.19):

A herança hereditária da mistura do negro ou índio com a "raça superior branca" estaria fadada ao fracasso, pois esta herança poderia acarretar no que havia de degradante da "raça inferior" para a "raça superior". Dessa forma, não teríamos uma civilização progressiva, mas sim caminhando para o não-civilizado.

Rodrigues critica, ainda, o que denomina de uma "má condição antropológica do mestiçamento no Brasil", apontando que, no que se diz respeito aos mestiços, esta teria importante papel em sua tendência a criminalidade.

Por apresentarem diferentes graus de desenvolvimento mental, na medida em que se aproximam ou se distanciam das raças que os formam, não seriam todos os mestiços completamente incapazes e inconscientes de seus atos. A fim de tornar tal compreensão mais clara, o médico, inspirado pelas categorizações feitas por Lombroso, divide os mestiços em três grupos, de acordo com seu nível de responsabilidade penal: o primeiro grupo seria o dos "mestiços superiores", ou seja, aqueles onde predominariam traços da raça civilizada, devendo estes serem julgados como "perfeitamente equilibrados e plenamente responsáveis"; o segundo grupo, composto por "mestiços evidentemente degenerados", abrangeria aqueles com anomalias morais, intelectuais e físicas, que deveriam ser tidos como parcial ou totalmente irresponsáveis; por fim, o terceiro grupo seria o dos 'mestiços comuns', considerados como "socialmente aproveitáveis", uma vez que seriam superiores aos povos selvagens, mas ainda inferiores aos civilizados devido às características herdadas. Sua responsabilidade deveria ser, portanto, atenuada, já que se

encontrariam na “iminência constante de cometer ações antissociais” (RODRIGUES, R. 2011, p.71).

Todos os pontos aqui apresentados culminam na teoria, defendida por Rodrigues, de que adotar um único código penal para todos o país, onde todos os indivíduos fossem tratados de forma igual, teria sido um grande erro. Resume ele (2011, p.76):

Pela acentuada diferença da sua climatologia, pela conformação e aspecto físico do país, pela diversidade étnica da sua população, já tão pronunciada e que ameaça mais acentuar-se ainda, o Brasil deve ser dividido, para os efeitos da legislação penal, pelo menos nas suas quatro grandes divisões regionais, [...] tão natural e profundamente distintas.

Outra reforma sugerida pela autor se daria no campo da maioridade penal, onde aponta que tal marco também deveria ser diferenciado em cada código. Com a justificativa de que as raças inferiores tendem a atingir a maturidade mais cedo, Rodrigues acredita não seria possível avaliar, no que diz respeito a prática de atos criminosos, a idade de tais jovens pelos mesmo parâmetros aos quais os jovens brancos são avaliados.

Por fim, se faz válido observar como a temática da escravidão permeia a obra de Nina Rodrigues. Escrito em 1894, “As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil” é o retrato de um país onde a escravidão deixou, em teoria, de ser uma realidade apenas seis anos antes. Assim, o autor trata tal questão como “um fenômeno natural”, responsável por marcar determinada fase da evolução social dos indivíduos (2011, p.67), sendo legitimada por sua presença em diferentes continentes e grupos. Mesmo afirmando que a escravidão teria desaparecido no Brasil, o autor admite sua influência nos povos compreendidos como inferiores, ao dizer que o “gérmen da criminalidade” no país seria fecundado, não apenas “pela tendência degenerativa do mestiçamento”, como também “pela impulsividade dominante das raças inferiores, ainda marcadas do estigma infante da escravidão recentemente extinta” (2011, p.76).

O sistema penal teria, nesse sentido, papel fundamental na manutenção das relações raciais incorporadas durante o período escravista, necessitando de teorias que justificassem a dominação das raças não-brancas. É nesse contexto que o positivismo lombrosiano encontra espaço cativo no país, sendo adaptado, por Nina Rodrigues, às particularidades brasileiras, sejam elas o alto número de mestiços ou as possíveis influências e diferenças regionais.

4. ANÁLISE

A partir do exposto, se faz possível traçar alguns paralelos entre as categorizações apontadas por Nina Rodrigues e o racismo científico trazido, principalmente, por Lombroso, bem como compreender a utilização de teorias eugenistas no campo do direito penal brasileiro.

Nina Rodrigues foi um dos mais importantes autores de seu tempo a tecer uma análise sobre a sociedade brasileira, revelando a dimensão da presença negra no país e suas especificidades (LIRA; ARANHA, 2014). Contudo, tais estudos têm como base um referencial teórico pautado, principalmente, pelo racismo científico e pela eugenia, fazendo com que tal presença fosse interpretada não como apenas uma característica do país, mas sim como a origem de seus problemas.

O médico maranhense foi, assim, capaz de traduzir as teorias positivistas, adaptando para a realidade brasileira não apenas as noções de raça, ao incluir questões relativas aos mestiços, como também as relações territoriais, ressaltando as diferenças regionais existentes em um país que, além de ter um tamanho continental, foi estruturado em função de seu passado colonial. Dessa forma, se utilizou de técnicas próprias dos autores europeus, como por exemplo a craniometria, para precisar a origem da impulsividade, que levaria à tendências criminosas entre os mestiços (CARVALHO, 2014). Além disso, as questões climáticas e culturais, incorporadas à Escola Positiva por Enrico Ferri, se tornaram ponto chave no pensamento de Rodrigues, na medida em que aparecem como determinantes para a elaboração de um novo código penal.

Como apontado, a reforma do código vigente era de extrema relevância para o autor, uma vez que este não acreditava ser adequado o princípio de igualdade adotado. De acordo com Carvalho (2014, p.17):

Ponderando a existências de “raças” mais avançadas que outras, ele confiava que o código penal vigente não poderia abarcar todas as composições “raciais” em uma mesma redoma, pois era necessário um olhar diferenciado dependendo do grau “racial”.

Ainda nesse sentido, outro conceito da Escola Clássica criticado fortemente por Rodrigues seria o de livre-arbítrio, visto que este considerava que os atos criminosos seriam inconscientes em determinadas raças, não podendo estas, portanto, serem julgadas pelos códigos dos “povos civilizados” (SCHWARCZ, 2009, p.96).

Segundo Faustino (2018, p.153), já durante o Império: “[...] as lutas constantes contra o regime escravista foram interpretadas como risco à ordem social e o negro, seu principal agente, passou a ser visto como suspeito até que se prove o contrário.”. As teorias trazidas por Nina Rodrigues reforçaram ainda mais tal comportamento, levando ao aperfeiçoamento da vigilância por meio da classificação dos criminosos realizadas por policiais (FLAUZINA, 2006). Dessa forma, o controle exercido sobre os corpos negros durante o período escravista teria sua continuidade assegurada através da vigilância constante desses indivíduos pelo Estado, como aponta Terra (2010, p.200):

A função encarregada à criminologia no país era o próprio controle social. Em outras palavras, a identificação corpórea do suspeito, permitia a execução de práticas como prisões preventivas, também conhecidas como prisões para simples averiguação - ou sem processos penais vinculados [...].

Nesse sentido, o discurso positivista teria grande utilidade para a elite brasileira, na medida em que validava, de forma científica, suas práticas e convicções. A partir dele, se tornava muito mais simples naturalizar a desigualdade já existente entre as raças, consolidando tal noção no imaginário popular e, assim, legitimando, principalmente, o uso da força policial (TERRA, 2010).

É assim que essa criminologia passa a ocupar um papel fundamental dentro do sistema de controle penal e repressivo, responsável pela manutenção da ordem dentro do capitalismo até os dias de hoje. Conforme Silva (2011, p.101):

O positivismo jurídico, por meio de uma ideologia higienista, evolucionista e racista, contribuiu para um tratamento desigual para o crime nos diferentes grupos sociais, especialmente os negros e pobres. Os ideais positivistas corroboraram para a consolidação de um sistema viciado em reprimir, para tentar controlar massas empobrecidas, carentes de trabalho e qualidade de vida.

Cria-se então a necessidade de enfrentamento a qualquer indivíduo que ameace, na visão da classe dominante, a segurança pública, estabelecendo, portanto, um estereótipo a ser controlado: “Nessa perspectiva, o grande inimigo a ser combatido em busca da paz é, sem dúvida, o criminoso; não qualquer um, mas o estigmatizado, o pobre e negro, aquele de quem já se espera que seja o criminoso.” (XAVIER, 2008, p. 278).

Mais de um século depois, a obra de Nina Rodrigues ainda parece ter impacto direto sobre o papel que os “tipos perigosos” ocupam no imaginário da população. Em pesquisa realizada com policiais da cidade de Salvador, a respeito dos tipos de sujeitos que são atualmente considerados como suspeitos, Reis (2002, p.193) traz a seguinte fala de um Cabo da Polícia Militar:

Segundo ele: “[...] A PM é preconceituosa porque segue os padrões da sociedade, de que todo preto é suspeito (...) o marginal não tem cara. A cara do marginal quem faz é o sistema; é o cara negro, camiseta ou camisa de marca, bermudão, boné, tatuagem, etc. É o que dizem pra gente na Academia”.

Essa visão, somada às inúmeras notícias e falas presenciadas em nosso cotidiano, nos possibilita analisar o quão bem sucedida foi a incorporação de práticas e discursos racistas na sociedade capitalista brasileira, tendo esse, ainda, espaço cativo dentro das relações de poder estabelecidas.

Questões como a abolição da escravidão e uma certa “valorização” dos mestiços nas esferas sociais, pautadas na época de Nina Rodrigues, se somam hoje a diversas outras, como a existencia de cotas raciais e a ascensão econômica (mesmo que ainda em número muito limitado) de negros, ocupando lugar garantido nos discursos realizados diariamente pela classe dominante e seus teóricos, com o objetivo de mascarar as práticas racistas e apontar o fim do preconceito no país. Nas palavras de Seyferth (1995, p.190):

A ausência de preconceito serve como explicação para a mestiçagem, a suavidade do regime escravista brasileiro, a aceitação de elementos das culturas negras e indígenas como parte integrante da "cultura nacional", enfim, o "milagre" da democracia racial que pode anular as barreiras de cor (para usar uma expressão consagrada em muitos estudos sobre as relações raciais no Brasil), permitindo a mobilidade social ascendente, sobretudo para os mestiços mais claros. É como se o racismo só pudesse existir em situações extremas de segregação, como nos Estados Unidos e África do Sul.

O mito da democracia racial, ou seja, a ideia de que as raças conviveriam em perfeita harmonia, tem assim papel fundamental na naturalização do racismo estrutural brasileiro, escondendo sua utilidade dentro do sistema capitalista.

Como já exposto, tal sistema foi estruturado, nos grandes centros econômicos, a partir da superexploração da força de trabalho dos povos vistos como inferiores pela elite. No Brasil, segundo Faustino (2020), o racismo se coloca como base para essa relação, estando ainda enraizado na estrutura de nossa sociedade. Braço essencial dessa estrutura, o direito penal se configura até hoje “como um dos meios pelo qual a classe que detém o poder político-econômico exerça sua dominação” (LOLIS; SILVA, 2017, p.203), retirando de circulação os sujeitos que se configurem como uma ameaça à ordem.

É dessa maneira que o discurso difundido por Raimundo Nina Rodrigues ainda no século XIX, e mais especificamente ao longo da obra “As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil”, nos ajuda a compreender o estereótipo criminoso existente no país até os dias atuais, bem como os índices de

encarceramento apresentados na introdução deste texto. Fica claro, portanto, que a população negra não tem uma maior tendência a cometer atos criminosos, como sugerem os dados apresentados e defende a classe dominante, mas sim uma maior tendência a serem criminalizados dentro da nossa sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inspiração para esta pesquisa se deu, fundamentalmente, através das reflexões que me foram proporcionadas pelo Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sociedade Punitiva, Justiça Criminal e Direitos Humanos prof^a Andrea Almeida Torres (GEPEX - DH - AAT), de que pude participar por boa parte de minha graduação. Foi nele que me aproximei, não apenas das questões apontadas na introdução deste trabalho e de debates sobre a atualidade dos sistema carcerário brasileiro, como também do abolicionismo penal e da possibilidade de pensarmos um mundo livre de grades. Observar a contemporaneidade do sistema prisional e me aproximar, principalmente ao longo da graduação, de discussões sobre a luta antirracista, se tornaram minha principal motivação para pesquisar sobre o que está posto em nossa sociedade, como tal sistema funciona e a quem ele serve.

Foi a partir de tal indagação e do apontamento constante, principalmente por parte da mídia, de um “tipo suspeito” que me propus a entender a construção social do estereótipo sobre o “criminoso” no Brasil. Analisando, por meio das pesquisas realizadas, o papel fundamental do médico Raimundo Nina Rodrigues em tal assunto, delimitei então o objetivo de desvelar esse estereótipo em sua obra, utilizando de forma mais específica o livro “As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil”.

A partir dessa obra, se fez possível compreender como pensavam os teóricos da época, entendendo como as teorias positivistas vindas da europa foram abertamente recebidas por eles e aceitas pela elite brasileira, a fim de justificar as políticas implementadas. Dessa forma, foi consolidado um “estereótipo bandido” que permanece no imaginário popular até os dias atuais, ditando, principalmente através da mídia e do aparato repressivo do Estado, os indivíduos vistos constantemente como suspeitos. Tal estereótipo tem uma dimensão de classe bastante explícita, fazendo com que o “tipo perigoso” seja aquele com um certo tipo de vestimenta ou que frequente regiões mais empobrecidas das cidades, por exemplo. Contudo, ao analisarmos um país como o Brasil, fica evidente como tal noção passa, necessariamente, por uma questão de raça, na medida em que nosso país tem o racismo como ponto estruturante de seu sistema, sendo tal classe, portanto, racializada.

Outro ponto fundamental está na compreensão de que nosso sistema penal,

aparentemente falho, foi criado com o objetivo de manter a ordem vigente, demarcando e retirando do convívio social todos aqueles que a ameaçassem de alguma forma, ou que não fossem úteis para a conservação e o aperfeiçoamento do capitalismo. Assim, nas palavras de Flauzina (2006, p.27):

[...] o que ficou definitivamente explicitado é a alardeada “falência do sistema penal” é, em verdade, *slogan* de mais uma manobra. O sistema penal funciona e funciona bem. Funciona para os fins para os quais foi sempre dirigido: manter as pessoas onde estão.

Por essa razão, se faz de extrema importância que a luta antirracista e a luta abolicionista andem lado a lado, na medida em que a prisão, com taxas de crescimento cada vez mais altas ao redor do mundo, “ao mesmo tempo depende de estruturas racistas e continua a promovê-las” (DAVIS, 2019, p.93), perpetuando o ciclo para o qual foi concebida.

Acredito ainda ser relevante uma maior abordagem do Serviço Social no que diz respeito a essa temática, uma vez que estes profissionais podem, muitas vezes, acabar por reproduzir tais estereótipos, sendo também necessário discutir o quanto as políticas eugenistas abordadas ainda são empregadas nos espaços sócio-ocupacionais em que trabalham os assistentes sociais. Além disso, é importante o entendimento de que a Questão Social e suas expressões são profundamente marcada pelo racismo, sendo fundamental um maior debate sobre a questão racial dentro da profissão.

Flauzina (2006, p.26) aponta que os criminalizados parecem, desde sempre, “representar a parcela da humanidade que não cabe no mundo”. Se faz relevante, assim, conhecer como as estruturas foram consolidadas no passado, para que não sejam esquecidas, mas também caminhar para a construção de uma nova sociabilidade, onde as grades não sejam mais a resposta e todos possam, enfim, caber nesse mundo.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, M.C. A Criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000400005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 10 jul. 2020.

BANDERA, V. **Escolas clássica e positiva de direito penal: contradições teórico-metodológicas**. 2014. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/escolas-classica-e-positiva-de-direito-penal-contradicoes-teorico-metodologicas/>. Acesso em: 01 jul. 2020.

BATISTA, V. M. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

CARVALHO, L. D. de. Cesare Lombroso e Raimundo Nina Rodrigues entre as ciências do século XIX: o estudo do negro como criminoso. **Revista Chaos e Kosmos**, n. 15, 2014. Disponível em: http://www.chaosekosmos.it/pdf/2014_04.pdf. Acesso em: 05 jul. 2020.

DAVIS, A. **Estarão às prisões obsoletas?**. 3.ed. Rio de Janeiro: Difel, 2019.

FAUSTINO, D. (Nkosi). Reflexões indigestas sobre a cor da morte: as dimensões de classe e raça da violência contemporânea. *In*: FEFFERMANN, M. et al (org.). **As interfaces do genocídio: raça, gênero e classe**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2018. p. 141-158.

FAUSTINO, D. M. **Os condenados pela Covid-19: uma análise fanoniana das expressões coloniais do genocídio negro no Brasil contemporâneo**. 2020. Disponível em: www.buala.org/pt/cidade/os-condenados-pela-covid-19-uma-analise-fanoniana-das-expressoes-coloniais-do-genocidio-negro. Acesso em: 15 set. 2020.

FLAUZINA, A. L. P. **Corpo Negro Caído no Chão: O Sistema Penal e o Projeto Genocida do Estado Brasileiro**. Brasília: 2006. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5117/1/2006_AnaLuizaPinheiroFlauzina.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

FRANK, G. **Juíza diz que réu não parece bandido por ter “pele, olhos e cabelos claros”**. 2019. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/juiza-diz-que-reu-nao-parece-bandido-por-ter-pele-olhos-e-cabelos-claros.shtml. Acesso em: 19 jun. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

JÚNIOR, João Farias. **Manual de Criminologia**. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

INFOPEN. **Levantamento Nacional De Informações Penitenciárias**: atualização - junho 2017. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen/mais-informacoes/relatorios-infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

LIRA, S.; ARANHA, G. Ambiguidades da Raimundo Nina Rodrigues: notas sobre a presença negra nos trópicos. **Cadernos Imbondeiro**, João Pessoa, v.3, n.2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ci/article/view/21563/12813>. Acesso em: 16 set. 2020.

LOLIS, D.; SILVA, L. M. da. O Estado burguês e a prisão: algumas considerações sobre a funcionalidade do aprisionamento no sistema capitalista. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 20, n. 1, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/32178>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MAURICIO, J. L. R. Positivismo criminológico: As ideias de Lombroso, Ferri e Garófalo. **Revista Olhares Plurais**, v. 01, n. 12, 2015. Disponível em: <https://revista.seune.edu.br/index.php/op/article/view/153>. Acesso em: 02 jul. 2020.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

PERUSSATTO, M. K. Quando o Estado intervém: apontamentos sobre a Lei do Ventre Livre de 1871. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 2, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/1848>. Acesso em: 13 out. 2020.

REIS, D. B. **A Marca de Caim**: As características que identificam o “suspeito”, segundo relatos de policiais militares. Caderno CRH, Salvador, n. 36, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://docplayer.com.br/40926383-A-marca-de-caim-as-caracteristicas-que-identificam-o-suspeito-segundo-relatos-de-policiais-militares.html>. Acesso em: 20 jul. 2020.

RODRIGUES, R. N. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/h53wj/pdf/rodrigues-9788579820755.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

RODRIGUES, M. F. Raça e criminalidade na obra de Nina Rodrigues: Uma história psicossocial dos estudos raciais no Brasil do final do século XIX. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 15, n. 3, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/19431/14023>. Acesso em 10 ago. 2020.

SANTOS, E. L. M. dos. **A Face Criminosa**: O Neolombrosianismo no Recife da Década de 1930. Recife: 2008. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7278/1/arquivo3320_1.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.

SANTOS, G.A. dos. **A invenção do “ser negro”**: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: EDUC/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SCHWARCZ, L. M. Nina Rodrigues: um radical do pessimismo. *In*: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (org.). **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 90-103.

SEYFERTH, G. A Invenção Da Raça e o Poder Discricionário dos Estereótipos. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, n. 93, 1995. Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1993/anuario93_giraldaseyferth.pdf. Acesso em: 27 jun. 2020.

SILVA, G. F. da. Considerações sobre criminalidade: marginalização, medo e mitos no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 5, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/85>. Acesso em: 02 set. 2020.

SIMÕES, R. L. Mistura mórbida: discurso cientificista e estereótipo nas obras de Raymundo Nina Rodrigues e Roque Callage. **Revista Métis: História e Cultura**, Caxias do Sul, v. 2, n. 4, 2003. Disponível em: <http://ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1131>. Acesso em: 05 jul. 2020.

SOUZA, J. L. C. de; REIS, J. F. G. **A Discricionariedade Policial e os Estereótipos Suspeitos**. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v6n1/a07.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2020.

TERRA, L. M. Identidade bandida: a construção social do estereótipo marginal e criminoso. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP-Marília**, ed. 6, n. 6, dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/levs/article/view/1136>. Acesso em: 30 ago. 2020.

VIANNA, J.; BRODBECK, P. **Juíza cita raça ao condenar réu negro por organização criminosa**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/08/12/juiza-diz-em-sentenca-que-reu-ne-gro-era-seguramente-integrante-de-grupo-criminoso-em-razao-da-sua-raca.ghml>. Acesso em: 20 ago. 2020.

XAVIER, A. A construção do conceito de criminoso na sociedade capitalista: um debate para o Serviço Social. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 11, n. 2, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802008000200013/8328>. Acesso em: 24 jun. 2020.